

## – Tradução dos Clássicos –

**As palavras e as coisas no pensamento econômico\***

Pierre Vilar\*\*

Nem vida, nem ciência da vida na época clássica; tampouco filologia. Mas sim uma história natural, uma gramática geral. Do mesmo modo, não há economia política porque, na ordem do saber, a produção não existe. Em contrapartida, existe, nos séculos XVII e XVIII uma noção que nos permaneceu familiar, embora tenha perdido para nós a sua precisão essencial. Nem é de "noção" que se deveria falar a seu respeito, pois não tem lugar no interior de um jogo de conceitos econômicos que ele deslocaria levemente, confiscando um pouco do seu sentido ou corroendo sua extensão. Trata-se antes de um domínio geral, uma camada bastante coerente e muito bem estratificada que compreende e aloja, como tantos objetos parciais, as noções de valor, de preço, de comércio, de circulação, de renda, de interesse. Esse domínio, solo e objeto da "economia" na idade clássica, é o da *riqueza*. Inútil colocar-lhe questões vindas de uma economia de tipo diferente, organizada, por exemplo, em torno da produção e do trabalho; inútil igualmente analisar seus diversos conceitos (mesmo e sobretudo se seus nomes em seguida se perpetuaram com alguma analogia de sentido) sem levar em conta o sistema em que assumem sua positividade. Isso equivaleria a analisar o gênero segundo Lineu fora do domínio da história natural, ou a teoria dos tempos de Bauzée sem levar em conta o fato de que a gramática geral era a condição histórica de sua possibilidade<sup>1</sup>.

Tal é, em *As palavras e as coisas*, uma das teses de Michel Foucault, ou melhor, tal é a tese de Michel Foucault, aqui aplicada às "coisas" econômicas.

Tais são também um método de exposição e um estilo cujos segredos não é supérfluo questionar.

De início a frase curta, incisiva e decisiva: “não...”, “isso não existe”, “inútil para...”.

---

\* *Les mots et les choses dans la pensée économique*; publicado em *La Nouvelle Critique*, juin 1967, numero 5 (186), Paris. Tradução e notas de Ronaldo Vielmi Fortes.

\*\* Pierre Vilar (Frontignan, 3 de maio de 1906 - Donapaleu, 7 de agosto de 2003) foi um hispanista e historiador francês. É considerado uma das maiores autoridades no estudo da História de Espanha, tanto no período do Antigo Regime como na Época Contemporânea, bem como na história econômica e na história social em geral. Como marxista, ele criticou o fim da União Soviética e do Bloco de Leste. Foi a referência mais destacada da historiografia catalã desde a segunda metade do século XX.

<sup>1</sup> FOUCAULT, Michel; *As Palavras e as Coisas*: uma arqueologia das ciências humanas; São Paulo, Editora Martins Fontes, 1999; p. 228.

Em suma, a hipótese de trabalho colocada como fundamento inabalável, e transformada por essa certeza em condicionamento do leitor. Se se é pouco competente, é convocado a aceitar tudo. Competente, se tremerá só de pensar em ser vítima do "se assim quiser" e do "inútil para...". Quantas mentes conseguem resistir a esse terrorismo?

Mas Michel Foucault também joga outro jogo, ele também usa a frase longa. Sob o esmerado edifício do rigor exigido (exigido dos outros), ele sabe cavar (para si) o labirinto dos incidentes, e torná-lo mais desconcertante através do espelho das imagens. A “noção” que ele pretende apresentar – a “riqueza” – não é sequer uma “noção”. É “domínio”, “camada”, “solo”. É estranho ao jogo dos conceitos. Ele “abriga” “objetos”.

Pelo menos até ao momento em que, desta mesma “riqueza”, nos seja vedado analisar os diversos vários conceitos fora do sistema que eles constituem.

Assim, o zumbido das palavras abstratas e das imagens-palavras nos conduziu do afirmativo ao vago, do vago ao contraditório. Grande comodidade para o nosso demonstrador que poderá responder a qualquer objeção, aqui pensou em “coleção”, ali pensou em “sistema”. Mas será essa a única confusão permitida pelo seu rigor?

Para Michel Foucault, a “era clássica” começa com o Quixote, especialmente com sua segunda parte, digamos em 1615.

No entanto, 1615, para qualquer leitor medianamente informado, é também o ano em que, pela primeira vez, certas palavras aparecem no frontispício de um livro: *Tratado de Economia Política*, de Antoine de Montchrestien<sup>2</sup>. No entanto, somos advertidos: “Na era clássica, não há economia política”.

Surgiria então uma palavra no alvorecer de uma época da qual somos convidados a eliminá-la? E eliminá-la em nome do quê, senão da nossa concepção do que ela abrange? Que é exatamente o pecado mortal contra o qual acabamos de ser advertidos, imperiosamente, solenemente. O que é então um conselheiro que não segue seu conselho? O que é uma meditação sobre palavras que descarta o testemunho de seu nascimento? O que é uma arqueologia do saber que não respeita a sua própria cronologia?

Pois, depois de uma brilhante demonstração do contraste entre dois “saberes” – o do século XVI, o da “era clássica” – eis que a demonstração, no que diz respeito à economia, primeiro situa a "era clássica" nos “séculos XV e XVI”, mas depois inclui Davanzati<sup>3</sup> – ou seja,

<sup>2</sup> Antoine Monchrestien de Watteville, nasceu em Falaise em 1575 e faleceu em Tourailles em 7 de outubro de 1621, foi um poeta, dramaturgo e economista francês. Ele foi o primeiro a usar o termo "economia política". Publicou em 1615 o *Traité d'économie politique* (versão revista e publicada na integralidade em 1616)

<sup>3</sup> Bernardo Davanzati (1529-1606) foi um agrônomo, economista e tradutor italiano. Davanzati foi um importante tradutor de Tácito. Ele escreveu sobre economia fundamentado sobre a teoria do metalismo (princípio econômico)

a década de 1580 –, o “*Compendious examination*”<sup>4</sup> – ou seja, a década de 1540 – e até Copérnico<sup>5</sup> – que nos leva de volta a 1520. É verdade que, no outro extremo do “domínio”, a “era clássica” parece se estender pelo menos até [David] Ricardo.

Digo “parece”, porque com Cantillon<sup>6</sup>, [François] Quesnay, Adam Smith (e ainda que esqueçamos William Petty), sustentar que, “na ordem do saber”, “a produção não existe”, torna-se difícil, até mesmo para Michel Foucault, que vai se torturar diante das evidências. Mas, a partir daí, será muito ruim para quem se deixar levar pela autoridade do tom.

Não vou censurar Michel Foucault por ter caricaturado, em um atalho favorável, a “história das doutrinas econômicas” como, infelizmente, ainda é ensinada. Também me aconteceu de denunciar os estereótipos de manual, as sequelas de Gonnard<sup>7</sup>.

O que me incomoda aqui é que Michel Foucault leva esses fantasmas a sério. Se tivesse preferido a *História da análise econômica* de Schumpeter, essa obra-prima, o *Theorien über den Mehrwert* de Marx, esse modelo de exploração genética de um pensamento, ou ainda, simplesmente, tal apresentação de Alfred Sauvy<sup>8</sup> dos “primitivos” da economia, sem dúvida ele teria falado mais modestamente. Que o “preço justo” medieval se baseia numa problemática “puramente moral”, que o mercantilismo é uma “confusão sistemática” entre riqueza e dinheiro, que a utilidade aparece pela primeira vez em Galiani<sup>9</sup>, o “preço natural” em Cantillon, julgava que essas coisas velhas estivessem enterradas. Michel Foucault coloca-os como contrastes para sua análise. Pouco importaria se a análise fosse boa. No entanto, podemos condenar antecipadamente qualquer pesquisa de um certo tipo sobre as sementes do pensamento científico no cerne dos textos antigos, se não nos referimos primeiro aos verdadeiros especialistas nesta pesquisa, se desdenhamos sistematicamente o que eles nos disseram sobre

---

segundo o qual o valor do dinheiro deriva do poder de compra da mercadoria na qual ele se baseia). Suas obras incluem *Notizie dei cambi* (1582) e *Lezione delle monete* (1588).

<sup>4</sup> Referência à obra de autoria anônima: *Compendious or briefe examination of certayne ordinary complaints, of diuers of our country men in these our dayes*.

<sup>5</sup> Copérnico, Nicolau. “Moneto cudente ratio”. In: Wolowski, M. L. (Ed.). *Traictie de la première invention des monnoies de Nicole Oresme et Traité de la monnoie de Copernic*. Genève: Slatkine Reprints, 1976 [1526]. Tradução em português: *Sobre a moeda* (1526). Tradução A. H. P. R. de Moura. Curitiba: Segesta, 2004 [1526].

<sup>6</sup> Richard Cantillon (c. década de 1680 – maio de 1734) foi um economista franco-irlandês e autor de *Essai sur la Nature du Commerce en Général* (Ensaio sobre a Natureza do Comércio em Geral), livro considerado por William Stanley Jevons como o “berço da economia política”. Apesar da pouca informação existente sobre sua vida, sabe-se que em sua juventude se tornou banqueiro e mercador de sucesso.

<sup>7</sup> René-Charles Gonnard (1874-1966), doutor em ciências políticas e econômicas e posteriormente doutor em direito. Vilar faz referência aqui à obra *L'Histoire des doctrines économique*, que assim como numerosos outros artigos escritos por Gonnard estão impregnados de um nacionalismo virulento.

<sup>8</sup> Alfred Sauvy, nascido em Villeneuve-de-la-Raho (Pyrénées-Orientales) em 31 de outubro de 1898 e falecido em Paris em 30 de outubro de 1990, foi um economista, demógrafo e sociólogo francês.

<sup>9</sup> Ferdinando Galliani (2 de dezembro de 1728 - 30 de outubro de 1787, Nápoles) foi um economista italiano e figura de destaque do Iluminismo. Dentre suas obras se destacam: *Della moneta* (1750) e *Dialogues sur le commerce des biefs* (1770).

"o nascimento enigmático desse conhecimento"?

Reconheçamos que Michel Foucault, ao propor sua própria demonstração, teve um escrúpulo. Ele observou que a “análise da riqueza”, mais do que a gramática geral ou a história natural, sempre esteve ligada à prática e às instituições. Uma feliz reserva, mas rapidamente esquecida, pois imediatamente se repete que a prática e a teoria, no seio de uma “cultura” e num dado momento, dependem da mesma “episteme”, que define as condições das possibilidades de todo saber”. Assim, a reforma monetária de 1575 e a reforma de Law<sup>10</sup> assentariam “na mesma base arqueológica”.

Confesso que, se eu fosse consultar os textos da época, colocaria Oresme<sup>11</sup> e Jacques Rueff<sup>12</sup> na “fundação” da reforma de 1575<sup>13</sup>. Mas Michel Foucault, sem dúvida, vê as coisas de forma diferente. É preciso ouvir suas justificativas.

### Moedas e preços no século XVI

Ele também busca suas justificativas nos textos. Para o século XVI, nas obras publicadas por Le Branchu, o que não é inteiramente reconfortante. Porque se confiarmos nas palavras, teríamos que buscá-las em outro lugar que não em traduções medíocres. E é muito fácil atribuir às pessoas do século XVI preocupações exclusivamente monetárias (“ou quase isso”), se lermos a seleção de *Ecrits notables sur la monnaie*<sup>14</sup> [Escritos notáveis sobre dinheiro].

Aceitemos, porém, provisoriamente, ater-nos a Copérnico, ao *Compendious*

<sup>10</sup> O sistema de Law, idealizado pelo escocês John Law, foi implantado na França, sob a regência de Philippe d'Orléans, de 1716 a 1720, cujo objetivo consistia em liquidar a dívida deixada por Luís XIV. Uma de suas particularidades é desenvolver o uso do papel-moeda em substituição ao dinheiro metálico, de forma a facilitar o comércio e o investimento.

<sup>11</sup> Nicole Oresme, nasceu em Fleury-sur-Orne (então Alemanha) por volta de 1320-1321 e faleceu em Lisieux em 11 de julho de 1382, foi filósofo, astrônomo, matemático, economista, musicólogo, físico, tradutor de língua latina e teólogo que estudou e viveu na França medieval. Ele foi bispo de Lisieux e conselheiro do rei Carlos V, o Sábio. Escreveu em 1355 o *Tractatus de origine, natura, iure et mutationibus monetarum* (Tratado sobre a origem, natureza, lei e mudanças do dinheiro).

<sup>12</sup> Jacques Rueff, nascido em 23 de agosto de 1896 em Paris e falecido em 24 de abril de 1978 na mesma cidade, foi um alto funcionário público e economista francês, que desempenhou um papel importante nas políticas econômicas realizadas na década de 1930 e, especialmente, a partir de 1958. É autor de vários livros e artigos de economia. Provável referência ao livro *L'Ordre social*, em que elementos da história da economia são tratados.

<sup>13</sup> Em 1575-7, a França experimentou o auge de uma aguda crise monetária que uma reforma monetária sem precedentes tentou resolver. Sua principal medida consiste em abolir a conta em libras de *tournois* em favor de uma chamada moeda real, o *ecu* de ouro.

<sup>14</sup> LE BRANCHU, Jean Yves; *Écrits notables sur la monnaie, XVIe siècle, de Copernic à Davanzati*; Paris: Librairie Félix Alcan, 1934.

*examination*, a Bodin<sup>15</sup>, a Malestroit<sup>16</sup>, a Davanzati, velhos conhecidos. Mesmo a propósito deles, Michel Foucault demonstra pouco, afirma muito. Para os homens desse tempo, diz ele, “assim como as palavras tinham a mesma realidade daquilo que diziam, assim como as marcas dos seres vivos estavam inscritas sobre seu corpo à maneira das marcas visíveis e positivas, assim os signos que indicavam as riquezas e as mediam deviam, eles próprios, trazer sua marca real dela”<sup>17</sup>.

Curiosa definição da episteme econômica de um tempo em que, justamente, quase nenhuma moeda real trazia a marca de seu valor nominal, ainda que fixado por decreto. Nós é que ficamos surpresos com esse divórcio.

Estou bem ciente de que o que impressiona Michel Foucault na controvérsia monetária de 1575 é que os homens entraram em uma luta para obter essa conjunção de valor e marca. Mas ele se esquece de enfatizar que, embora eles tenham conseguido, isso não durou nem trinta anos. Então, o "saber" monetário de toda uma "era" foi imposto apenas por meio da luta, e apenas por um curto período? Mas onde estava, então, o "a base" determinante, a "episteme" constrangedora, a coerência entre prática, teoria e "cultura" que havia sido postulada?

De fato, o problema de 1575-1577, como o do tempo de Quesme, ou de Copérnico (ou de Locke, ou de Law, ou de Aftalion<sup>18</sup>), é o conflito, tão antigo como a moeda, entre os seus diversos papéis e as suas diversas formas; moeda-objeto (que é uma mercadoria), moeda-signo (que é “corrente” e fiduciária), moeda-nome (que é apenas uma medida de valor). Sobre isso, nunca diremos mais do que Marx disse, graças ao seu conhecimento sério, dos textos dos séculos XVII e XVIII. Mas se quisermos voltar mais longe, será uma episteme do "signo", uma episteme "do Renascimento" que encontraremos? Ou simplesmente, diante do mesmo problema, uma reflexão nova sobre fatos novos?

Copérnico queria uma moeda fixa, como a braça ou o alqueire, pois o dinheiro deve ser

<sup>15</sup> Jean Bodin (Angers, 1530 — Laon, 1596) teórico político, jurista francês, membro do Parlamento de Paris e professor de Direito em Toulouse. O autor é reconhecido pelos seus estudos que foram de suma importância para o avanço dos conceitos de soberania e absolutismo dos Estados. “Os Seis Livros da República” é uma das grandes obras de Jean Bodin, considerada como o primeiro tratado político sistemático da época.[19] A obra foi escrita em meio às guerras de religião e pretendia resolver os impasses nas guerras civis e religiosas na França e, ao mesmo tempo, que fosse uma obra acessível.

<sup>16</sup> Jean de Malestroit (século XVI) economista conhecido por seus debates sobre a moeda, mais tarde referido como *Controvérsia sobre o Dinheiro*, debates travados entre Malestroit e Jean Bodin. Cf. Malestroit, Jehan Cherruyt de (1567), “Mémoires sur le fait des monnoyes, proposez et leues par le Maistre des Comptes De Malestroit au Privé conseil du Roi tenu à Saint Maur des Fossees le 16 jour de may 1567”, in: L. Einaudi (ed.), *Paradoxes inédits du Seigneur de Malestroit touchant les monnoyes avec la response du Président de la Tourette*, Turin: G. Einaudi, 1937, pp. 99-130.

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel; As Palavras e as Coisas; *op. cit.* p. 231.

<sup>18</sup> Albert Aftalion (1874–1956) economista francês nascido na Bulgária. Foi professor na Universidade de Lille e depois na Universidade de Paris. Autor de várias obras de economia, dentre elas: *Les crises périodiques de surproduction*; Paris: Librairie de Sciences Politiques et Sociales, 1913.

medido. Malestroit localizou esta medida fixa no metal precioso. Bodin descobriu que esse metal, que confere "estimativa e preço às coisas", pode ele mesmo, pela abundância, mudar de valor. É essa descoberta que importa para nós. O parentesco das três posições, se formos buscar nas noções de relação, medida, comensurabilidade. nos levaria de volta a Aristóteles, descer às teorias do equilíbrio. O que há de grave em Foucault é que, por meio de imagens e comparações, ele define como típicos de um século problemas que são eternos porque são formais, enquanto se recusa a ver o que cada século, sob o ditado de "coisas" novas, impõe conquistas ao espírito.

Ora, o que é novo no século XVI, é que este metal "precioso", "raro, útil e desejável", calibrado pelo seu peso, e única referência possível na prática do comércio internacional, começou a mudar de valor, não por oscilações momentâneas, localizadas ou distantes (com as quais os cambistas e comerciantes sempre jogaram), mas na Europa, diante de todos os produtos, de forma desigual, sem dúvida, mas rapidamente. Isso é o que perturbou o espírito das pessoas, perturbou seu "saber". O que é emocionante é descobrir o limite imposto a essa agitação pelas ferramentas mentais do século: ou é medir o impacto, nas ferramentas mentais do século, do "fenômeno que se produziu", nos mercados do México, de Potosi, nas gradas de Sevilha?

Não vou censurar Michel Foucault (embora seu livro não seja de desencorajar o pedantismo) por não ter lido a tese inédita de Humbleton, o fragmento de Azpilcueta<sup>19</sup> que foi publicado muito recentemente na França, ou qualquer um dos meus artigos que permaneceram desconhecidos por ele. Mas como ele estava confrontando o pensamento econômico de um século, pelo menos poderia ter complementado Le Branchu com Monroe, Grice Hutchison<sup>20</sup>, Hamilton<sup>21</sup>, Larraz<sup>22</sup>, ou seja, com os textos aos quais eles se referem. Talvez ele tivesse extraído deles argumentos para sua tese, porque, formalmente, eles pertencem ao seu século. Mas no fundo, eles não se contentam em simplesmente vincular a riqueza e o sinal de riqueza;

<sup>19</sup> Martin d'Azpilcueta, nascido em Barásoain em Navarra em 13 de dezembro de 1491 e falecido em Roma em 21 de junho de 1586. Aclamado de "Doutor Navarro" ou "Navarra", foi um canonista e teólogo espanhol. Foi o primeiro a desenvolver a teoria quantitativa do dinheiro e um dos maiores intelectuais de seu tempo; ele pertence à Escola de Salamanca.

<sup>20</sup> Marjorie Grice-Hutchinson (Eastbourne, Inglaterra, 26 de maio de 1909 - Málaga, 12 de abril de 2003), economista britânica radicada em Málaga, especialista em pensamento econômico na Espanha, e muito particularmente na Escola de Salamanca e pensamento econômico medieval.

<sup>21</sup> Alexander Hamilton (Charlestown, 11 de janeiro de 1755 - Nova Iorque, 12 de julho de 1804) estadista, político, acadêmico, comandante militar, advogado, banqueiro e economista americano. Ele foi um dos "Pais Fundadores" dos Estados Unidos e um importante intérprete e influente proponente da Constituição federal americana, além de ter sido um dos principais fundadores do sistema financeiro dos Estados Unidos.

<sup>22</sup> José Larraz López (Cariñena, província de Saragoça, 1904 - Madrid, 1973) foi um jurista, economista, sociólogo, filósofo histórico e político espanhol. Seu discurso de entrada para a *Academia Real de Ciências Porais e Política* (Madrid), proferido em 5 de abril de 1943, foi intitulado *La época del mercantilismo en Castilla* (1500-1700) e tratou da Escola de Salamanca.

eles estão buscando a dinâmica concreta de sua relação. Que não venha Michel Foucault objetar que, de qualquer forma, trata-se de uma “análise da riqueza” baseada na troca, ou eu pedirei a ele colocar Cournot<sup>23</sup> e Walras<sup>24</sup> na mesma “base”. Pois, eles não partem da “produção”, até onde eu sei!

Tudo gira, em Mercado<sup>25</sup>, em torno da distinção entre “estimativa” e valor da moeda. O real vale 34 *maravedi*<sup>26</sup> tanto na Índia quanto na Espanha, mas “a estimativa é muito diferente aqui e ali. A prata vale muito menos nas Índias do que na Espanha... Estimativa, valorização que vem primeiro da grande abundância ou escassez desses metais; e como eles nascem e são colhidos lá, eles são mantidos lá por muito pouco...”

Mercado examina então todos os fatores que influenciam a estimativa do dinheiro. No tempo e no espaço. Ele lamenta que essa medida de valor não seja “fixo, certo, permanente”, como a arroba ou a hora do relógio. Mas ele observa que, na Índia, o valor de uma “barra” de prata muda “pelas mesmas razões que o tecido”. Inversamente no caso dos tecidos, ele sabia que um certo veludo de Granada havia subido em 15 dias de 28 para 35 réis, porque alguém queria carregar uma caravela com ele. A comparação entre mercadoria e dinheiro não é uma construção intelectual que Malestroit “lê” de uma forma e Bodin de outra; é uma observação do mercado, interpretada por testemunhas com graus variados de penetração e posições diferentes.

Todas as mercadorias aumentarão de preço se forem muito necessárias e em pequena quantidade; e o dinheiro, na medida em que é algo que pode ser vendido, trocado ou objeto de qualquer outro contrato de troca, é uma mercadoria e, portanto, aumentará de preço, como já foi dito, de acordo com a grande necessidade dele e a pequena quantidade que se tem dele... Se todas as outras coisas forem iguais, em um país onde há falta de dinheiro, todos os outros bens vendáveis, e até mesmo o trabalho dos homens, serão oferecidos por menos dinheiro do que em um país onde há abundância de dinheiro. A experiência prova que na França, onde há menos dinheiro do que na Espanha, o pão, o vinho, o linho e o trabalho valem muito menos; e na própria Espanha, quando havia menos dinheiro, as coisas vendáveis, os braços e o trabalho dos homens eram oferecidos por muito menos do que desde que a descoberta das Índias a cobriu de ouro e prata. A causa disso é que o dinheiro custa mais caro onde falta e quanto falta, do que onde abunda e quando abunda; e se alguns dizem que a falta de dinheiro o rebaixa, é porque o excesso dele faz com que

<sup>23</sup> Antoine Augustin Cournot, nascido em 28 de agosto de 1801 em Gray (Haute-Saône) e falecido em 30 de março de 1877 em Paris, foi um matemático e filósofo francês particularmente interessado na formalização de teorias econômicas. Ele é, portanto, um dos primeiros a formular um modelo de oferta e demanda.

<sup>24</sup> Marie Esprit Léon Walras (Évreux, 16 de dezembro de 1834 - Le Châtelard, 5 de janeiro de 1910) foi um economista francês. Considerado por Joseph Schumpeter como "o maior de todos os economistas", ele foi o "pai" da primeira formulação completa da teoria do equilíbrio econômico geral.

<sup>25</sup> Tomás de Mercado (Sevilha, 1523-1575): economista, filósofo e teólogo dominicano, pertencente à Escola de Salamanca. Publicou, em 1568, *Suma de tratos y contratos*.

<sup>26</sup> O *maravedí*, ou *maravedi*, foi o nome de várias moedas ibéricas de ouro e depois de prata entre os séculos XI e XIV e o nome de diferentes unidades contábeis ibéricas entre os séculos XI e XIX.

tudo pareça mais barato, assim como um homem de pequena estatura, na presença de um homem muito alto, parece ainda menor do que um homem de sua própria estatura.

Esse texto de Martin de Azpilcueta, que é anterior a Bodin e vai mais longe do que ele, pode ter encantado Michel Foucault com seu jogo de confrontos e sinais. Mas ele contém toda a experiência de um século (a palavra está lá) e todos os fundamentos de uma teoria psicológica apoiada em noções de equilíbrio: oferta, demanda, necessidade, escassez. Não estamos tão longe do marginalismo. Nem da matemática. “Todas as coisas sendo iguais”, “o valor do dinheiro é desigual, mas essa desigualdade é igualada pela quantidade desigual...” “Quantidade desigual é igual a apreciação desigual...”.

Foucault apontou a fórmula em Bouteroue<sup>27</sup>. Mas se tivermos que procurar semelhanças, é claro que ela vem dos escolásticos. Mas até onde se estende o “domínio”? De Buridan<sup>28</sup> a Jevons<sup>29</sup>?

De fato, o que interessa a Michel Foucault é a imagem literária. Quando Davanzati escreveu em Florença, em 1586,

A natureza fez todas as coisas terrenas boas; a soma delas, em virtude do acordo concluído pelos homens, vale todo o ouro que pode ser trabalhado; todos os homens, portanto, desejam tudo para adquirir todas as coisas... Para constatar a cada dia as regras e proporções matemáticas que as coisas têm entre si e com o ouro, teríamos de ser capazes de contemplar, do alto do céu ou de algum observatório muito alto, as coisas que existem e são feitas sobre a terra, ou melhor, suas imagens reproduzidas e refletidas no céu como em um espelho fiel. Então, abandonaríamos todos os nossos cálculos e diríamos: existe sobre a terra tanto ouro, tantas coisas, tantas pessoas, tantas necessidades; na medida em que cada coisa satisfaz essas necessidades, seu valor será tantas coisas ou tanto ouro.

Aqui está o comentário de Michel Foucault:

As marcas da similitude, porque guiam o conhecimento, endereçam-se à perfeição do céu; os signos da troca, porque satisfazem o desejo, apoiam-se na cintilação negra, perigosa e maldita do metal. Cintilação equívoca, pois reproduz no fundo da terra aquela que rutila na extremidade da noite; aí reside como uma promessa invertida de felicidade, e porque o metal se assemelha aos astros, o saber de todos esses tesouros perigosos é ao mesmo tempo o saber do mundo<sup>30</sup>.

Muito bonito. Mas Davanzati disse isso? Ele disse apenas que “em virtude do acordo concluído pelos homens” (ele em outro lugar enfatiza seu caráter convencional), o ouro era

<sup>27</sup> Bouteroue d'aubigny, Claude de; chevalier, intendente da Nova França 1668-1670. Referência ao livro do autor intitulado: *Recherches curieuses des monnaies de France*. Citado por Foucault, cf. *Palavras e as coisas*, p. 243.

<sup>28</sup> Jean Buridan (em latim: Joannes Buridanus; 1300-1358) foi um filósofo e religioso francês.

<sup>29</sup> William Stanley Jevons (Liverpool, 1 de setembro de 1835-Bexhill, 13 de agosto de 1882) foi um economista britânico. Foi um dos fundadores da Economia Neoclássica e formulador da teoria da utilidade marginal.

<sup>30</sup> FOUCAULT, Michel; *As Palavras e as Coisas*; *op. cit.* p. 237.

chamado para medir valores. Surge então o problema: qual é a proporção do ouro existente e os valores a serem representados? Ele o coloca mal, com certeza, mas não de forma mais ingênua do que Locke ou Montesquieu, ou muitos outros quantitativistas do século XIX. Porque ele está tentando incluir o número de homens, a noção de necessidade e a relação entre as coisas. O que ele está procurando é a equação de Fisher. O que ele sonha é com um planejador mundial que conheça o suficiente os termos da equação para definir racionalmente o nível de preços ou a oferta monetária. Ele ainda está sonhando? É claro que é minha vez de traduzir Davanzati. Mas eu o traio menos do que Michel Foucault. Este último, ao discernir em uma de suas frases a imaginação do povo do século XVI, quer reduzi-la a ela, confiná-la a ela. Busco nele as sementes de um raciocínio futuro. E elas estão lá, sem a menor dúvida. A episteme analógica do século XVI reina, na verdade, em Michel Foucault mais do que em Davanzati. Pois quando este último recua das visões globais para a prática cotidiana, ele escreve, com simples bom senso:

Daqui de baixo, mal descobrimos as poucas coisas que nos cercam e damos a elas um preço de acordo com a maior ou menor demanda que vemos em cada lugar e em cada momento. Os comerciantes ficam de maneira rápida bem cientes disso, e é por isso que eles sabem o preço das coisas de forma admirável.

Michel Foucault interpreta isso da seguinte forma:

Nos confins do saber, lá onde ele se faz todo-poderoso e quase divino, três grandes funções se juntam: as do *Basileus*, do *Philosophos* e a do *Metallikós*. Mas, assim como esse saber só é dado por fragmentos e na fulguração atenta da *divinatio*, assim também, no que se refere às relações singulares e parciais entre as coisas e o metal, o desejo e os preços, o conhecimento divino, ou que se poderia adquirir ‘de algum observatório elevado’, não é dado ao homem. Salvo por instantes e como que por sorte, aos espíritos que sabem espreitar, isto é, os mercadores<sup>31</sup>.

Fazer com que um Florentino dizer que a ciência dos preços é dada aos comerciantes “por instantes e como que por acaso”, se isso é “arqueologia”, prefiro a história. Perguntemos a Davanzati o que ele quer dizer com “comerciante” e o que ele lhe empresta em termos de “*divinatio*”:

Se o valor do dinheiro caísse de 12 para 1, os preços das coisas subiriam de 1 para 12. A pequena camponesa, acostumada a vender sua dúzia de ovos por um ás, e vendo em sua mão um ás reduzido a uma onça, diria: Senhor, ou o senhor me dá 12 desses ovos reduzidos a uma onça, ou me dá um ás de 12 onças, ou lhe dou um ovo por um ás.

Sem invocar os *Metallicos*, nem os *Philosophos*. Quanto ao *Basileus*, eis o que disse um comerciante, às vésperas da reforma de 1577:

<sup>31</sup> FOUCAULT, Michel; *As Palavras e as Coisas*; *op. cit.* p. 238,

O valor do denário<sup>32</sup> deve ser entendido como aquele segundo o qual é corrente entre os mercadores e no comércio, por uso e observação comuns; e o que se diz que o valor do denário depende da autoridade pública deve ser entendido mais pelo valor pelo qual a moeda é exibida entre mercadores e outras pessoas do que pela vontade imposta pelo Príncipe, pois a lei que estabeleceu o preço do centavo tomou lugar como é pelo uso observado pelo povo, tanto que o não uso dele o abole.

Essa é a afirmação de que o preço de mercado (que se trata de coisas mercadorias ou da moeda) tem precedência sobre as decisões reais. Desde a época dos escolásticos, os comerciantes e os “doutores” sempre concordaram com isso: “preço justo”, “lei natural” e “consenso popular” são termos que se referem ao preço de mercado.

Se descartarmos as extrapolações líricas, o que resta da *episteme* econômica do século XVI de Foucault? Em minha opinião, não muita coisa. Não que a questão levantada seja sem interesse. Poderíamos ter mostrado em que medida tais imagens dominantes - religiosas, mágicas, astrológicas - ou essa confusão erudita, interdita, limitam, obscurecem, se misturam, com incidências diversas, com a trajetória de ideias fixadas desde a Idade Média, mas que lidam com fatos novos. A experiência dos teólogos (que Michel Foucault negligencia) é impressionante a esse respeito.

O que é exato é que os homens do século XVI, na medida em que apreenderam esses novos fatos, eram levadas a considerá-los do simples ponto de vista da troca (a palavra era dada aos comerciantes, não aos produtores), e o mercado, “oferta e demanda”, tinha precedência sobre todas as outras considerações. O problema do preço de produção, do custo do trabalho, pode surgir ocasionalmente em um Saravia de la Calle<sup>33</sup>, assim como surgiu com Aristóteles ou Buridan. Ele é mal colocado, mal resolvido. Jamais insignificante. Mas, enfim, o fato de o “preço” ter precedência sobre o “valor”, a troca sobre a produção, é uma característica desta ou daquela “camada” ou “idade” arqueológica? Eu o vejo mais como uma linha que vem sendo traçada há muito tempo (desde sempre?) e que jamais foi interrompida. Pois ela é um dos modos de análise. É o caminho microeconômico e subjetivista, há muito tempo oposto (e agora frequentemente combinado) ao caminho dos cálculos globais e dos custos de produção. Esse último caminho foi aberto principalmente no final do século XVII na Inglaterra. Michel Foucault mal o mencionou, se é que o fez. Devemos acreditar que os espanhóis, franceses,

<sup>32</sup> Pequena moeda de prata que era a de maior circulação no Império Romano. Mesmo após a sua extinção, o denário continuou a servir de unidade de conta no Império Romano. Posteriormente, diversos países adotaram o termo "denário" (ou uma variação) para designar as suas moedas nacionais, como o *denier* francês e o *dinar* usado em países árabes. A própria palavra dinheiro, em português (*dinero*, em espanhol e *denaro* em italiano) vem do latim *denarius*.

<sup>33</sup> Luis Saravia de la Calle; (século XVI) Teólogo e economista espanhol. Ele é o autor de *Instrucción de mercaderes* (1544), que trata de questões mercantis, como a teoria quantitativa da moeda, e fornece dados sobre o estado da economia na Espanha.

ingleses e italianos do século XVI e da primeira metade do século XVII ignoraram a noção de produção? Que, aos olhos deles, ela “não existia”? Aqui, mais uma vez, Michel Foucault afirma e demonstra. Mas ele escolhe seus textos e, ainda mais frequentemente, fala por eles. Temo que ele possa ter perdido uma grande descoberta humana, no limite do século XVI e da “era clássica”: justamente a da descoberta da produção.

### A noção de produção no alvorecer da “era clássica”

Voltemos a uma de nossas primeiras objeções, à frase: “Não há economia política na era clássica” porque “na ordem do saber, a produção não existe”, contrastamos o fato de que, na mesma data em que Michel Foucault fixou o início da “era clássica”, as palavras “Economia política” apareceram no *Traicté d'Antoine de Montchrestien*<sup>34</sup>.

O fato de a palavra “Economia”, etimologicamente associada à casa e ao seu bom funcionamento, ter sido elevada pela justaposição da palavra “política” ao nível da “polis”, a comunidade, não é pouca coisa. Ambas as palavras foram emprestadas de Aristóteles. Mas não tomamos emprestado da crematística, que se refere à riqueza. Negligenciar essa preferência e essa nova combinação não seria se esquivar de um problema em um livro em que as palavras estão sendo postas em questão?

Fomos aconselhados a ter cuidado com eles, é verdade. E, sem dúvida, a Economia política de Montchrestien tem pouco em comum com a de Samuelson. Mas será que isso se deve ao fato de ignorar a produção? Ficaríamos quase tentados a dizer “pelo contrário”. Aqui está o sumário do primeiro livro de Montchrestien: “Artes mecânicas. Sua ordem e utilidade. A regulamentação das manufaturas. O emprego de homens. Os ofícios mais lucrativos e necessários para as comunidades. A manutenção de boas mentes e o cuidado que o príncipe deve ter com elas”.

Por prudência, vamos interpretar esse último ponto como um apelo discreto à generosidade do “Príncipe”, e não como a descoberta do custo rentável da educação! Quanto ao resto, acho mais difícil encontrar “riqueza” e “troca” do que “produção” e “trabalho”.

“É preciso trabalhar para se alimentar e se alimentar para trabalhar”. Esse seria o ponto de partida que, “pelo fio de uma boa ordem do discurso particular do trabalho manual”, levou Montchrestien a falar primeiro sobre agricultura.

Vamos nos apressar em afirmar que o estilo, o quadro de pensamento e, sobretudo, o quadro de referência de Montchrestien são aqueles de sua época. O que não quer dizer

<sup>34</sup> Antoine de Montchrestien (1575-1621) foi um soldado, dramaturgo, aventureiro e economista francês. Publicou em 1615 o *Traicté de l'oeconomie politique*, baseado em grande parte nas obras de Jean Bodin.

exatamente aqueles sugeridos por Foucault. A “episteme” descrita por Foucault é limitada aos aspectos que lhe interessam. O peso da Bíblia, de Platão, de Aristóteles, de Cícero, de Catão e de Columella também merece ser apreciado. Isso não impede que Montchrestien alcance certa precisão em sua definição de produção agrícola:

Desde que a terra, amaldiçoada pela transgressão de nossos primeiros pais, foi condenada a suportar sarças e espinhoso penar e o labor nos foram transmitidos como que por direito de sucessão, de acordo com a seguinte condenação: 'Comerás o teu pão com o suor do teu rosto'. Portanto, vida e trabalho estão inseparavelmente ligados... Daí a agricultura laboriosa que luta continuamente contra a esterilidade (da terra), e a força, ao fazê-la bem, para dar alguma recompensa por tanto trabalho e pagar o desgaste de tantos empréstimos. Daí o cuidado necessário para plantar e manter as videiras e outras árvores frutíferas. Daí a água necessária para regar os prados para que as ervas germinem e cresçam. Em seguida o cuidado e a alimentação do gado, cuja carne comemos e cujas roupas tiramos para vestir. É principalmente nessas coisas que se ocupa a vida rústica, da qual a agricultura é o trabalho e a ciência.

Sublinhei duas palavras que se juntam não por acaso, porque a noção da produtividade das tradições e do conhecimento é clara: “Entre os lavradores, não é aquele que tem mais terra que obtém o máximo de seu labor, mas aquele que conhece melhor a qualidade natural de cada um de seus solos, qual semente é mais adequada e em que época deve ser semeada...”.

As “artes” são menos necessárias para a vida, mas sem elas a vida seria “carente e imperfeita”. A primeira das artes é a forja, “o elemento comum de seus elementos, a mão de todas as mãos que trabalham, o primeiro instrumento de invenção; e digamos que ela é o fim de todas as outras, que são equipadas com ela, o motor e o órgão do movimento...”.

Pois é por meio do ferro, o ferro da ferramenta, que “a imaginação instigada pela pesquisa curiosa encontrou na natureza (os meios) para levar à perfeição tudo o que depende da operação artificial”.

Estamos muito longe do “brilho negro, perigoso e maldito” do metal de Davanzati, analisado por Foucault. Não vamos nos deixar levar por isso. Sem mencionar a descoberta da produtividade agrícola e uma exaltação da tecnologia metalúrgica. Afinal de contas, Montchrestien está retornando a lugares comuns. Todavia, quando ele faz desses lugares comuns – e enfatiza que isso não era feito na antiguidade – a matéria de uma ciência que ele chama de “Economia Política”, é possível negar que ele a esteja baseando na produção?

Acrescentemos: e sobre o trabalho, do qual ele dá, por meio de memórias literárias, uma definição que é ao mesmo tempo admirável e singularmente cínica:

Nenhum animal nasce mais estúpido do que o homem: mas em poucos anos ele se torna capaz de grandes serviços. Qualquer um que consiga fazer bom uso desse instrumento vivo, dessa ferramenta móvel, que seja susceptível a qualquer disciplina, que seja capaz de qualquer operação, pode se gabar de ter

atingido o ponto mais alto de eficiência econômica em sua casa.

Testemunhas Cato, Crassus e Cassius, que “não pouparam tempo, nem custos, nem diligência” para instruir e moldar seus escravos, transformando-os em um “comércio e mercadoria”. Então, aqui está desta vez, o custo rentável da educação técnica! A mais recente escola de história econômica americana se vangloria de ter demonstrado isso para explicar a rentabilidade da posse de escravos às vésperas da Guerra Civil Americana.

Mas se se tratasse de uma simples lembrança de leitura, o alcance da passagem, apesar de sua força na definição de *homo faber*, seria limitado. Mais curioso é o apelo que se segue: Montchrestien elogia a França e o cristianismo por terem ultrapassado o estágio do homem-ferramenta e do homem-mercadoria, mas parece estar procurando uma maneira de voltar para lá, em nome da eficiência social. “É verdade que a França tem essa glória, incomunicável a qualquer outro país, de ter sido, desde tempos imemoriais, o verdadeiro lar da liberdade, que a escravidão não tem lugar lá e que até mesmo o servo de um estrangeiro é libertado assim que põe os pés lá. Mas, uma vez que a servidão foi abolida por razões boas e cristãs, resta ao público tomar o cuidado de empregar os homens em artificios e trabalhos que combinem o lucro privado com a utilidade comum”.

A tese é que colocar as pessoas para trabalhar, o “berçário de artesãos”, “diversas oficinas para diversas manufaturas” seria a única maneira de vencer a vagabundagem, a bandalheira, o desemprego (que Montchrestien define perfeitamente) e a emigração. Traduzindo, a industrialização é a única maneira de vencer os efeitos do subdesenvolvimento, especialmente em tempos de expansão demográfica. Compreendo muito bem. Essa tradução é um crime. Eu uso nossas palavras. Estou usando nosso “saber”. Estou substituindo a minha “episteme” pela da “era clássica”. E esse anacronismo será justa e amargamente reprovado pelos melhores historiadores. Para dizer a verdade, eu estava me divertindo um pouco...

No entanto... Eu pego os textos. Sob as palavras, procuro coisas. Com algumas nuances – fáceis de detectar – algumas coisas na velha economia põem problemas que nós nos colocamos. Nós os analisamos à nossa própria maneira. Montchrestien, à sua. Se nos encontrarmos, é a similaridade das coisas que nos conduz até lá. Onde elas diferem, não nos encontramos. Mas quando um homem procura novas palavras, quando ele distorce o significado de palavras antigas, esse é o sinal de coisas novas. Não é essa a lição mais esclarecedora da análise dos textos?

Portanto, não condenemos *a priori* (a aplicação pode ou não ser deformadora) a pesquisa vertical, linear e retrospectiva no âmago dos textos antigos. Mas não sejamos menos sensíveis às virtudes da análise horizontal, à confrontação de textos do mesmo período. Aqui nos

aproximamos de Michel Foucault, mas em vez de ficarmos fascinados com as limitações comuns de forma, por que não descobrir com alegria as inovações comuns de conteúdo? Afinal, talvez seja isso que separa o historiador do filósofo formalista com sensibilidade literária. Se o último chama sua disciplina de “arqueologia”, isso não é, afinal, um grande inconveniente. Isso não tem grande importância.

Voltemos, então, para o tempo de Antoine de Montchrestien. Vamos nos perguntar se ele foi o único, no início da “era clássica”, a refletir sobre o primado da produção?

Em primeiro lugar, quando ele diz sobre a menor província da França que ela “fornece a Vossas Majestades seu trigo, vinho, sal, óleo, tecido, lã, ferro e lã, o que torna a França mais rica do que todos os peruanos do mundo”, ele está espontaneamente ecoando, sem se referir, aos pensamentos de Sully<sup>35</sup>: “Lavoura e pastagem são os dois seios dos quais se diz que a França se alimenta, e as verdadeiras minas e tesouros do Peru”.

Quanta tinta foi derramada sobre os “Tesouros do Peru”! Mas não se engane pensando que esse desdém francês é simplesmente o fato de a raposa<sup>36</sup> dizer que “eles são verdes demais”.

No alvorecer do século XVII, os espanhóis também condenaram a ilusão de riqueza que a conquista da Índia lhes deu. Assim Pedro de Valencia<sup>37</sup>:

O mal vinha da abundância do ouro, da prata, do dinheiro, que sempre foi (mostrei em outro lugar) o veneno destruidor das cidades e das repúblicas. Acredita-se que o dinheiro é o que assegura a subsistência e não é. Heranças lavradas, rebanhos e pescas, é isso que faz subsistir as cidades e as repúblicas. (1608)

E Caxa de Leruela<sup>38</sup>, em 1620, diz:

As riquezas e os tesouros que as monarquias retiram do exterior não podem compensar a insuficiência dos frutos naturais da pátria... Desde que os espanhóis colocaram sua felicidade temporal na aquisição desses metais, desprezando, como disse Columella, a melhor maneira de manter e aumentar o patrimônio sem crime, ou seja, lavrando e pastoreando, eles perderam

<sup>35</sup> Maximilien de Béthune, duque de Sully, nascido em Rosny-sur-Seine em 13 de dezembro de 1559 e falecido em Villebon em 22 de dezembro de 1641, marechal da França (1634) foi um soldado protestante e companheiro de armas do rei Henrique IV, de quem se tornou um dos principais conselheiros. Cf. *Les Economies royales de Sully*, éditées par David Buisseret et Bernard Barbiche, tome I (1572-1594), tome II (1595-1599), Paris, Librairie C. Klincksieck, 1970-1988.

<sup>36</sup> Referência à fábula “A raposa e as uvas”. Chegando uma Raposa a uma parreira, viu-a carregada de uvas maduras e formosas e cobiçou-as. Começou a fazer tentativas para subir; porém, como as uvas estavam altas e a subida era íngreme, por muito que tentasse não as conseguiu alcançar. Então disse: - Estas uvas estão muito azedas, e podem manchar-me os dentes; não quero colhê-las verdes, pois não gosto delas assim. E, dito isto, foi-se embora.

<sup>37</sup> Pedro de Valência (falecido em 1631) foi um prelado católico romano que serviu como Bispo de La Paz (1617–1631) e Bispo de Santiago da Guatemala (1615–1617).

<sup>38</sup> Miguel Caxa (modernizado como Caja) de Leruela (Palomera, província de Cuenca, 5 de maio de 1562 - Palomera, província de Cuenca, por volta de 1632), foi um economista espanhol, jurista e magistrado. Autor das obras: *Discurso sobre la principal causa y reparo de la necesidad común, carestia general y despoblación destos reynos*, Madrid, 1627 e *Restauración de la abundancia de España, o prestantíssimo, único y fácil reparo de su carestia presente*, Nápoles, Lázaro Scorigio, 1631.

estupidamente ambas as riquezas ao mesmo tempo.

Dirão: lugares-comuns, latim universitário. Sim, mas os mecanismos destrutivos da “inflação construída sobre os tesouros do Peru” já haviam encontrado seu analista sutil em 1600, embora um deles tenha ficado surpreso diante de sua própria descoberta: Martin Gonzalez de Cellorigo<sup>39</sup>, em um capítulo intitulado “Que a abundância de dinheiro não sustenta nem enriquece os Estados”, não se contentou com afirmações; bem antes de Cantillon, ele havia esboçado o processo destrutivo:

Com a massa de moeda que foi cunhada, elevaram-se os impostos, as anuidades reais e as capitações, cujas exigências só podem ser satisfeitas pela circulação no reino de uma quantidade de moeda capaz de dar às coisas um valor tal que seu preço corresponda ao que os contribuintes têm de cobrir e ao que é necessário para sustentar a monarquia e honrar os compromissos que ela assumiu. O mesmo se aplica a bens e compromissos que devem ser pagos no exterior e cujos preços subiram tanto pela razão geral que a abundância de moeda... Esse é o resultado da abundância de moeda, de ouro e de prata, e esse é o valor deles quando faltam as coisas necessárias para a vida humana, coisas cuja falta em um reino faz com que esse reino não tenha a verdadeira riqueza...

Jamais houve tantos súditos ricos como hoje, e nunca houve tanta miséria entre eles, jamais houve um rei tão poderoso e dono de tanta receita, e jamais até o momento um rei subiu ao trono com tamanha diminuição e endividamento de seus Estados. E o que tem impedido que a riqueza se enraíze vem do fato de que ela permaneceu e permanece no ar, em papéis, contratos, impostos, letras de câmbio, moeda, prata e ouro, e não em bens capazes de frutificar e atrair para si, por serem mais dignos, a riqueza dos estrangeiros, sustentando assim a do país.

Assim, portanto, se a Espanha não tem moeda, nem ouro, nem prata, é porque os tem, e se é pobre, é porque é rica, o que torna verdadeiras duas afirmações contraditórias que, embora se apliquem ao mesmo sujeito, são ambas verdadeiras em nossa Espanha, de acordo com os vários aspectos que são considerados no corpo de toda a República....

O que aqui se abala é a episteme escolástica, cuja lógica se surpreende diante dessa dialética da “riqueza”. E Cellorigo, constatando “que de baixo para cima podemos calcular que entre os que trabalham e os que não fazem nada, a proporção é de um para trinta”, conclui com a espantosa fórmula: “parece que queríamos fazer desta república uma república de homens encantados, vivendo fora da ordem natural das coisas.”

Isso foi escrito em 1600. Dom Quixote foi publicado em 1605. Se ele anuncia a “era clássica”, se ele é, de acordo com Foucault, “uma escrita errante no mundo entre a semelhança das coisas”, Cellorigo já deu a razão.

<sup>39</sup> Martin Gonzalez de Cellorigo: Economista espanhol, nascido em Oviedo no final do século XVI. Muitos detalhes sobre sua juventude são desconhecidos, embora se saiba que ele era um eclesiástico e advogado da chancelaria de Valladolid. Sua principal obra, *Memorial da política necessária e útil, restauração da Espanha e seus estados e atuação universal desses reinos*, foi publicada em Valladolid no ano de 1600.

Contra a ilusão do Peru, contra o mito das Índias - e ao contrário do que Michel Foucault imagina, seguindo os passos de muitos economistas apressados, a geração de 1600-1620 nunca deixou de opor o trabalho à ociosidade, a produção à “riqueza”.

O que é surpreendente é a velocidade da assimilação as coisas por parte dos espíritos. O declínio espanhol mal havia começado e já estava sendo interpretado em termos de suas causas mais profundas. A ascensão econômica da Inglaterra e de Flandres estava em seus primórdios e já assombrava as pessoas em outros países como um modelo a ser imitado.

Certamente, a riqueza monetária, e sua forma metálica, continuam sendo o signo dos países vencedores, dos países perdedores. “Fazer dinheiro”, nas origens da economia e da sociedade burguesa, era um objetivo coletivo antes de se tornar uma palavra de ordem individual. Mas Antonio Serra<sup>40</sup>, de sua prisão em Nápoles, escreveu em 1613, dois anos antes de Montchrestien, seu *Breve tratado sobre as causas que podem fazer abundar ouro e prata em reinos que não têm minas*. O que ele recomendou? As mesmas receitas de Montchrestien, mas mais fundamentadas teoricamente, pois ele contrastou o rendimento decrescente e irregular da agricultura com o custo decrescente da produção industrial: “Ninguém, se puder semear 100 quartos de grãos no solo, poderá tornar possível semear 150, enquanto para o fabricante, não é assim: ele pode multiplicar não apenas o dobro, mas cem vezes o que produz, e com uma proporção menor de despesa”. Aqui, a antecipação do pensamento é particularmente clara, isolada demais para que dela possamos extrair um argumento. Mas como negar que os primórdios da “era clássica”, na viragem que opõe a crise espanhola aos primeiros sucessos do Norte, nos mostram uma reflexão econômica onde a produção assume o protagonismo? O próprio Quixote é uma forma de dizer, a contrário. Uma consciência de uma anacronia, de um irrealismo. Isso em nada invalida a interpretação dada por Michel Foucault. A multiplicidade de sentidos é própria às obras-primas.

Mas, por mais claro que seja o agrupamento de pensamentos entre 1600 e 1620, não é proibido encontrar em meados do século XVI a noção de produção exaltada contra a de riqueza. Luis Ortiz<sup>41</sup>, “contador de Burgos”, “para que o dinheiro não saia de Espanha”, manda expulsar toda a ociosidade e aí reintroduzir o trabalho; trabalho produtivo (muitos jovens vão para

<sup>40</sup> Antonio Serra (Dipignano, meados do século XVI - Nápoles, início do século XVII) foi um economista italiano e filósofo da escola mercantilista. Serra é considerado o primeiro escritor de economia política na Itália e um dos primeiros na Europa. Foi o primeiro a escrever um trabalho de política econômica sobre o mercantilismo, uma forma primitiva de protecionismo da política comercial, em 1613, intitulado *Piccolo trattato sulla ricchezza e sulla povertà delle nazioni*.

<sup>41</sup> Ortiz, Luís de, M. (século XVI) contador e alto funcionário do Estado. Autor de um dos tratados mais interessantes sobre questões econômicas espanholas do século XVI: o *Memorial para que no salgan dineros del Reino*, datado de 1º de março de 1558 em Valladolid.

Salamanca, ou para o exército, ou para a Índia); as mulheres devem fiar com uma roca, não com um fuso, porque produz quatro vezes mais; e se a Espanha conseguisse reter o seu dinheiro, teria de o dedicar a grandes obras de irrigação, para regularizar a produção agrícola. Quanto ao comércio global, todos os itens do balanço de pagamentos (não comerciais) são analisados por Luis Ortiz.

Assim, já em 1557 (para não falar dos precursores) existe uma linha de reflexão no sentido da análise macroeconómica, das “contas nacionais”, entre aqueles que, por posição, partem do Estado, tal como existe uma “linha microeconômica”, representada pelos teólogos, porque esses partem do indivíduo.

### “Era clássica” e “clássicos” da economia

“Era clássica” e “clássicos” da economia. Este artigo já está muito longo. Não vou seguir Michel Foucault nos meandros de sua demonstração ao longo do século XVIII. Isso exigiria muito desenvolvimento. Vamos deixá-los para mais tarde.

Contentemo-nos com algumas observações:

1) De início, como sempre, sobre a questão da cronologia; o mundo da "arqueologia" é o das cronologias precisas; e se Michel Foucault faz alguma alusão aqui e ali à conjuntura, é sempre de forma bastante lamentável. Além disso, ele às vezes justifica formas de raciocínio de pleno século XVIII com ajuda de argumentos que empregou para o século XVI, enquanto acredita discernir, no início do século XVII, uma “reversão”, uma “inversão” que introduziria o “mercantilismo”, sem destruir as estruturas essenciais do “saber”. Vimos que essa “inversão” tinha suas raízes em meados do século XVI e não correspondia de forma alguma às definições de Michel Foucault (particularmente no que diz respeito ao lugar dado à produção).

2) Da mesma forma, Michel Foucault tem seu trabalho dificultado quando precisa identificar o "saber" de Law com o de Cantillon, o de Condillac com o de Quesnay. Mas, seja por comodidade ou negligência, o que dificilmente é admissível é o seu silêncio sobre o final do século XVII na Inglaterra, sobre Graunt<sup>42</sup>, King<sup>43</sup>, Petty<sup>44</sup>, em uma época em que nasceram

<sup>42</sup> John Graunt (Londres, 24 de abril de 1620 - Londres, 18 de abril de 1674) foi um cientista e um dos primeiros demógrafos britânico, precursor na construção de Tábuas de Mortalidade. Graunt publicou em 1662 o livro *Natural and Political Observations upon the Bills of Mortality*, que lança as bases para a demografia e torna-se uma das obras pioneiras no estudo atuarial de mortalidade.

<sup>43</sup>

<sup>44</sup> William Petty FRS (Romsey, Hampshire, 27 de maio de 1623 - Londres, 16 de dezembro de 1687) foi um economista, cientista e filósofo britânico. Pioneiro no estudo da Economia Política, Petty propôs a utilização da métodos quantitativos - por ele chamados de aritmética política - como meio de análise da riqueza de um país.[1] Ele antecipou também a importância da velocidade de transações no equilíbrio das contas nacionais, conceito posteriormente ilustrado na Teoria quantitativa da moeda.

a preocupação estatística, a preocupação probabilística e a noção de custo de trabalho, tanto para o dinheiro como para as coisas. Esse silêncio, por si só, julgaria a seriedade do método. Há aqui um galocentrismo<sup>45</sup> herdado não dos livros didáticos mais recentes, mas dos mais antigos.

3) Como, em última análise, a episteme da “era clássica” deve opor-se (segundo as hipóteses de Foucault) à dos “clássicos” (no sentido corrente da palavra) da economia, as aquisições progressivas que levam a esta última são assim escamoteadas. E o próprio Smith é tratado por alusões. Quanto a Ricardo, será atribuída a ele uma descoberta de “historicidade” (pelo facto de ter anunciado a imobilização da história). A fim de admitir que nenhum “corte” existe entre ele e Marx.

Pois trata-se de chegar na fórmula:

“O marxismo está no pensamento do século XIX como um peixe n’água: o que quer dizer que noutra parte qualquer deixa de respirar”.

Continuemos, pois há frases que devem ser saboreadas:

Se (o marxismo) se opõe às teorias burguesas da economia, e se nessa oposição, projeta contra ela uma reversão radical da História, esse conflito e esse projeto têm por condição de possibilidade não a retomada de toda a História nas mãos, mas um acontecimento que toda a arqueologia pode situar com precisão e que prescreve simultaneamente, segundo o mesmo modo, a economia burguesa e a economia revolucionária do século XIX. Seus debates podem agitar algumas ondas e desenhar sulcos na superfície: são tempestades num copo d’água<sup>46</sup>.

Proponho que vá comemorar o quinquagésimo aniversário da Revolução de Outubro na Bacia de Luxemburgo. E verificar qual é a “arqueologia” que um “acontecimento” abala.

Assim, a análise “arqueológica” de Michel Foucault, no campo da economia, termina tão infelizmente quanto começou. De bom grado deixo-lhe as de história natural e de gramática geral, esperando que as conheça melhor do que eu. Em todo caso, ele nos deixa a “doxologia”, que me parece assemelhar-se a uma verdadeira análise histórica. Resta saber se esta análise, que através das palavras sempre se propõe a apreender as coisas, é compatível com uma pesquisa que subordina as coisas às palavras.

<sup>45</sup> Galocentrismo: conceito que se aplica principalmente ao campo político e cultural. Refere-se a uma atitude onde a França é vista como o centro do mundo, com suma importância em vários aspectos da vida.

<sup>46</sup> FOUCAULT, Michel; *As Palavras e as Coisas*; *op. cit.* p. 360.